

Carta Aberta de Botânicos aos Brasileiros - Emergência Climática

Brasil, 27 de outubro de 2022

Nós, botânicas e botânicos signatários deste documento, ficamos profundamente chocados com as declarações da ONU para mudanças climáticas informando que [85% dos países que assumiram compromisso de revisar e fortalecer seus planos climáticos na COP26, incluindo o Brasil, não o fizeram e, deste modo, não estão cumprindo as metas de redução de emissões de gases de efeito estufa](#). O [relatório](#) com os compromissos atualizados dos países signatários do Acordo de Paris foi publicado no dia 26 de outubro de 2022. Segundo [Simon Stiell](#), secretário-executivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, o mundo ainda não está “nem perto da escala e do ritmo de redução de emissões necessários para nos colocar no caminho de um mundo de 1,5°C”.

Nesta semana, de 24 a 28 de outubro de 2022, botânicas e botânicos estiveram reunidos no 72º Congresso Nacional de Botânica, promovido pela Sociedade Botânica do Brasil (SBB) com apoio de agências de fomento e instituições de pesquisa, ensino e extensão. Durante este evento, pesquisadoras e pesquisadores de todo o Brasil socializaram os resultados de suas pesquisas, finalizadas ou em andamento, na área da diversidade vegetal, sustentabilidade, serviços ambientais, educação, e outros aspectos da sociedade brasileira. Com todos esses conhecimentos, ressaltamos nossa preocupação com a falta de atenção do poder público no investimento em políticas públicas voltadas tanto à pesquisa como à implantação de medidas de conservação ambiental e desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Como signatário do [Acordo de Paris](#), o Brasil se comprometeu a reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% até 2025 em relação a 2005, e com uma indicativa de que poderia reduzi-las em 43% até 2030. Parte significativa da redução de emissões do Brasil viria, na verdade, da remoção de CO₂ da atmosfera através de restauração florestal. Neste sentido, o país assumiu o compromisso de restaurar 12 milhões de hectares de sua vegetação nativa.

Esta meta de restauração da vegetação nativa é denominada ação “ganha-ganha” nos fóruns sobre o clima em todo o mundo, pois ganha o clima com a remoção do CO₂ e ganha a biodiversidade, com a restauração e consequente conservação de

nossa vegetação nativa. Além disso, a restauração traz consigo enormes benefícios sociais, pois é uma atividade que gera fonte de renda para parcela da população em vulnerabilidade social de forma sustentável e eficiente, podendo mitigar a alta taxa de desemprego do país.

Infelizmente, o Brasil sequer montou um sistema de monitoramento da restauração da vegetação nativa, o que nos impede de avaliar o quão distante estamos de atingir a meta proposta. Pesquisas feitas por organizações como o [MapBiomias](#) sugerem que o governo brasileiro restaurou menos de 5% dos 12 milhões de hectares previstos. Por outro lado, o setor privado tem investido na restauração, de forma que o Brasil como um todo restaurou cerca de 12% da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC da sigla em inglês).

Enquanto pesquisadoras e pesquisadores que trabalham com a temática ambiental, contribuindo para o conhecimento da biodiversidade brasileira, a maior do mundo, ficamos estarecidos com a baixa relevância que nosso governo dá à questão ambiental. Neste 2022 ficou claro que chuvas torrenciais seguidas de inundações, ciclones, tufões, tsunamis, picos extremos de calor na Antártida e no Ártico, estão se tornando mais frequentes e muito mais intensas, como preveem modelos e cenários do aquecimento global. Ademais, as perspectivas contemporâneas sobre as emergências ambientais se associam aos esforços relacionados ao combate à desigualdade social. Isso porque a biodiversidade, os serviços ecossistêmicos, os conhecimentos indígenas e tradicionais são a base de um modelo de desenvolvimento que contribui efetivamente para a justiça social e ambiental, reduzindo a desigualdades social e de gênero, promovendo a inclusão de minorias e a sustentabilidade.

Ante os argumentos aqui expostos, nós, pesquisadoras e pesquisadores botânicos brasileiros, que utilizamos a biodiversidade deste país como fonte de estudo, entendemos que não é possível uma mudança real para atingirmos metas climáticas sem a participação ativa das sociedades científica e civil, mediante políticas públicas claras, objetivas e coletivas. Portanto, para que possamos sonhar e conquistar futuros possíveis, tornamos pública nossa indignação e clamamos por uma reestruturação governamental que coloque o país no rumo da sustentabilidade definida no [Acordo de Paris](#) (2015), a do [Pós-2020 Marco Global da Biodiversidade](#) (2022) e a dos [Cenários para o futuro da biodiversidade \(Nature's Future Scenarios\)](#).

Assinam esta carta:

Annelise Frazão Nunes (USP)

Renata Carmo de Oliveira (UFU)

Gustavo Hiroaki Shimizu (Unicamp)

Paulo Eugênio Alves Macedo de Oliveira (UFU)

Pedro Lage Viana (MPEG)

Denise Espellet Klein (UNIRIO)

Rebeca Verônica Ribeiro Viana (USP)

Carlos Alfredo Joly (Unicamp)